



A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE(1836-1845)

XAVIER, Itamaragiba Chaves¹

¹Mestrando FAE/UFPEL- Xavier-i.c@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO:

O tema a ser pesquisado é a Instrução Pública na República Rio-grandense, entre o período, de setembro de 1836 a março de 1845, o qual trabalhei em minha monografia de conclusão do curso, Licenciatura Plena em História, UFPEL, onde levantei alguns dados e no mestrado estamos aprofundando, sob orientação da professora Giana Lange do Amaral.

O período (setembro de 1836 – março de 1845) foi o escolhido por ser o espaço de tempo em que a Província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, esteve separada do Império brasileiro, inclusive criando a República Rio-grandense, com ideais liberais e modernos, contrapondo, no discurso, a Monarquia brasileira, tida como opressora e atrasada. Esta separação ocorreu dentro do desenvolvimento dos fatos da Revolução Farroupilha(1835-1845).

Através dos jornais oficiais da Revolução Farroupilha e outras fontes já utilizadas pela historiografia (leis, ordens de pagamentos de professores, etc) é possível perceber o modelo de Educação desejado pelos republicanos rio-grandenses. Essa é uma questão que buscaremos esclarecer, tendo por base o seguinte questionamento: qual o modelo de Instrução Pública almejado pelos Farroupilhas?

Nas leituras feitas sobre o tema, (FACHEL, 2002, FLORES, 1998, GIOLO, 1994 e 1999, LAYTANO, 1983 e SCHNEIDER, 1993) é notável a necessidade de suprir a carência historiográfica. Até hoje, a Educação na Revolução Farroupilha, é referida de forma superficial, fazendo parte de temas maiores, ou da história da Revolução, ou da Educação no Rio Grande do Sul e não como um tema central.

O objetivo geral desta pesquisa é buscar contribuir na análise sobre o modelo educacional Farroupilha.

Os objetivos específicos são:

- relacionar os ideais da Revolução Farroupilha, com as novas perspectivas da sociedade mundial;
- analisar a Instrução Pública do governo imperial na Província de São Pedro, entre 1835-1845.;
- identificar ações práticas do governo republicano farroupilha, referente à Instrução Pública;
- Caracterizar o modelo de Instrução Pública almejado pelos farroupilhas.

A hipótese que trabalhamos é a de que Domingos José de Almeida, tenta imprimir, através da Instrução Pública, novas formas de dominação ideológica, na República Rio-grandense.

2. MATERIAL E MÉTODOS

As fontes que utilizamos são: os jornais da revolução farroupilha, O Povo, O Americano e o Estrela do Sul, que são importantes por serem os diários oficiais da República Rio-grandense, onde são difundidos os princípios dos farroupilhas e os atos do governo; as cartas dos participantes da Revolução Farroupilha, editadas pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, conhecida pela historiografia por Coleção Varela(C. V). Usamos também como fonte de pesquisa, os relatórios e falas dos presidentes da província, que estão disponível no site <http://www.crl.edu/content/provopen.htm>, e as leis, atos e regulamentos sobre Educação, período imperial, que foram publicadas em CD-ROM por Tambara e Arriada(2004).

Devemos refletir de forma geral o uso do jornal como fonte histórica, pois é a que mais iremos empregar. A produção jornalística não está isenta das perspectivas políticas, sociais, econômicas e culturais de quem a produz. O pesquisador ao analisar os jornais deve estar ciente da falta de neutralidade e da parcialidade desta fonte, mas isto não retira o seu crédito se analisado com esta consciência.

O pesquisador deve se inserir em que contexto o jornal foi produzido, qual relação do redator e o assunto que escreve, e perceber de qual lugar o jornalista esta escrevendo. O jornal é uma ferramenta importante para se aproximar de como era a sociedade da qual se escreve (ALVES, 2006).

Ao analisar um fato iremos contrapor as fontes. Este cruzamento de informações possibilitará uma melhor elucidação dos acontecimentos, conforme Brandão (2007, p. 133), “é importante o foco em diversos documentos que venham trazer informações sobre o tema específico bem como do contexto político, econômico, social do período pesquisado”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte do trabalho passaremos a demonstrar alguns dados que levantamos até o presente momento. Através de artigos publicados nos jornais oficiais e de cartas dos participantes da Revolução Farroupilha é notável a presença, na República Rio-grandense, das novas perspectivas européias, de utilizar a Instrução pública como forma de dominação Ideológica. Como podemos observar,

O mais eficaz dos meios, diz um profundo político da Antigüidade, de conservar firmes, e estáveis às constituições dos governos, é de educar a juventude nos princípios constitucionais. [...] este grande objeto poder-se-ia por ventura obter, sem uma Educação Pública? Quem mais, que o governo pode ter este interesse? Quem mais do que ele pode ter os meios de fazê-lo? Quem mais do que o legislador pode conhecer sua importância, e o plano para consegui-la? (O POVO, 09/05/1840, nº157).

Esta perspectiva não ficava somente em relação à Educação, mas também referente ao voto, como podemos constatar,

Os eleitores das classes inferiores, pouco antes obstinado e turbulento tornarão a ser dóceis e laboriosos, e a gozar de inteiro respeito. Satisfeitos de haver exercido seus direitos, se prestando, tanto mais facilmente às ordens superiores e convenções sociais(O AMERICANO, 19/11/1842, nº 17).

Os referenciais teóricos que utilizamos são, Althusser(1974), Bourdieu e Passeron (1982) e Foucault(1984), que demonstram que a sociedade Moderna passa a se estruturar pelo disciplinamento dos corpos. Por outro lado não pretendemos defender que outras formas de domínio não estavam presentes, mas que as novas estruturas passam a aparecer durante a República Rio-grandense.

Notável também que não houve desenvolvimento da Instrução Pública na Província de São Pedro, parte que ficou sob administração imperial. Desde a Lei de 06 de novembro de 1772, que cria escolas para o reino português e seus domínios, não incluía a província do Sul, sendo somente ordenada sua aplicação em 1813, o relatório do conde de Caxias em 1º de março de 1846 , após a pacificação, onde descreve a situação da Educação na Província, é por ele designada como em total abandono. As fontes são, os relatórios e falas dos presidentes da Província e as leis, atos e regulamentos sobre Educação (TAMBARA e ARRIADA, 2004).

Na parte que se separou do Brasil houve ação prática, como criação de Escolas, nomeação de professor, ordem de pagamentos de salários, de utensílios, aluguéis de casas, criação de biblioteca etc. Tendo como figura central o Ministro do Interior e Fazenda, Domingos José de Almeida, que teve importante participação na organização da administração da República Rio-grandense(1836-1845), sendo inclusive denominado por Laytano(1983, p. 160) de “o cérebro da Revolução Farroupilha”.

Alguns dados já foram coletados nas cartas de D.J. Almeida(C.V), nos Jornais oficiais e na bibliografia referente ao tema, onde podemos constatar que em 1839 havia Escolas de primeiras letras em Caçapava (75 total, com 53 meninos e 22 meninas), São Gabriel (68 total, com 43 meninos e 25 meninas), Piratini (36) Rio Pardo (47), Cachoeira (32), Santana da Boa Vista (14), São Borja (08), Itaqui, Alegrete, Setembrina, Santana do Livramento, Cruz Alta, Santa Maria da Boca do Monte, Encruzilhada, Bagé e Mostarda(SCHNEIDER, 1993, p.55). Inclusive usando o método de Lancaster em São Gabriel, professor Luis Carlos de Oliveira(O POVO, 14/09/1839, nº101) e em Alegrete professor Antonio Bento,(SCHNEIDER, 1993, p. 52) estes para meninos. E para meninas, temos em Cachoeira Professora Ana Francisca Rodrigues Pereira(O POVO, 14/08/1839, nº92).

Também podemos perceber o modelo de Educação almejado pelos Farroupilhas, tendo como fonte principal dois artigos publicados no jornal O Povo, intitulados, “Idéias Elementares de um Sistema de Educação Nacional” e “Vantagens e Necessidades de uma Educação Pública”, onde defendem o Método de Lancaster, devido seu controle sobre os alunos, a Instrução Pública para formar o Povo em detrimento da privada, que serviriam para formar um homem, mas não o cidadão, consta os conteúdos que seriam mais importantes e a divisão por classe social. Como podemos observar:

[...]Ela requer que todos os indivíduos da sociedade possam participar da educação do magistrado, e da Lei, cada um, porém segundo suas circunstância e sua destinação. Ela requer que o Lavrador seja educado para ser cidadão Lavrador e não para ser magistrado, ou General. (O POVO, 16/05/1840, nº159).

Fizemos uma passagem pelos elementos que estamos analisando no projeto, com a finalidade de recebermos dicas e quem sabe novas possibilidades de encaminhamentos, pois, às vezes um olhar diferente pode abrir novos caminhos.

4. CONCLUSÕES

De forma geral, a Educação neste período está de acordo com os interesses da elite econômica e intelectual da República Rio-grandense, os quais tinham objetivos a alcançar com os modelos modernos e em voga na Europa, transplantado para a nova Nação. A Instrução Pública serviria para moralizar o povo, diminuir revolta, dominar mentes e manter o estado das coisas, através de uma educação mínima.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**, Lisboa; presença, 1974.
- ALVES, Francisco das Neves. A Imprensa. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Vol. 2 Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- AMARAL, Giana Lange do. **Gymnasio pelotense e a maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas**. 2.ed. Pelotas: Seiva publicações, 2005.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Anais**. Porto Alegre, Vol. 1; 2; 3; 4; 5.
- ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público**. Programa de Pós-Graduação da PUCRS, Porto Alegre, 2007. (Tese de Doutorado em Educação).
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução, elementos para a teoria do sistema de ensino**. 2.ed. RJ: Francisco Alves, 1982.
- BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. **Pesquisa em fontes primária: algumas reflexões**. Disponível em: <
http://histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art09_28.pdf> Acesso em: 27 jun 2008.
- ESTRELA DO SUL**. Alegrete, 1843. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. **Revolução Farroupilha**. Pelotas: EGUFPEL, 2002.
- FLORES, Moacyr. Educação e ensino no período farroupilha. In: NEUBERGER, Lotário (org.). RS: **Educação e sua história**. Circulo de pesquisa literária. POA: Ediplat, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petropólis: Vozes, 1984.
- GILOLO, Jaime. **Lança e grafite(A instrução no Rio Grande do Sul: Da primeira escola ao final do Império)**. Passo Fundo, ED.1994.
- _____. O Ensino Mútuo no Rio Grande do Sul. BASTOS, Maria Helena Câmara & FILHO, Luciano Mendes de Farias.(orgs), **A escola elementar no Século XIX: O método elementar/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.
- LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-grandense(1835-1845)**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.
- O POVO**. Piratini, 1839. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.
- O AMERICANO**. Alegrete, 1842/43. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.
- Relatórios e Falas dos Presidentes de Províncias do Brasil**. Disponível em: <
<http://www.crl.edu/content/provopen.htm>>.
- SCHNEIDER, Regina Portella. **Instrução Pública no Rio Grande do Sul 1770-1889**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo. **Coletânea de leis sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro**. Pelotas: Seiva, 2005.

_____. **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Brasília- DF. INEP-SBHE, 2004.